

Plano de Logística Sustentável

Relatório de Desempenho ano 2017



2017

Plano de Logística Sustentável

Relatório de Desempenho **2017**

Em conformidade com o estabelecido no Glossário da Resolução nº 201/2015 do
Conselho Nacional de Justiça

Belém – Pará
– Amazônia -
Brasil
2018

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO

ADMINISTRAÇÃO
(BIÊNIO 2016-2018)

SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY
Desembargadora Presidente

SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA
Desembargadora Vice-Presidente

WALTER ROBERTO PARO
Desembargador Corregedor Regional

Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável

Otávio Bruno da Silva Ferreira

Juiz do Trabalho Substituto

Presidente da Comissão Permanente de Gestão Ambiental do TRT8

Álvaro Rolo - Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas,
Carlos Roberto Araújo - Chefe da Divisão de Obras e Projetos de Engenharia;
Edney Martins - Assessor de Comunicação Social,
Fábio Viana - Coordenador de Segurança Institucional;
Herlon Pereira - Coordenador de Material e Logística;
Lia Martins - Coordenadora de Governança Institucional;
Marcio Fernandes - Coordenador de Licitações e Contratos;
Marco Aurélio Rego - Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação,
Maria Dilma Pinto - Chefe da Divisão de Manutenção e Instalações Prediais;
Orlando Magno - Chefe da Divisão de Gestão e Fiscalização de Contratos;
Paulo Pessoa - Assessor Jurídico da Presidência.
Rodopiano Neto - Coordenador de Gestão Estratégica,
Rodrigo Bezerra - Coordenador de Orçamento e Finanças;
Simone Pípolos - Coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas,
Steven Pinheiro - Coordenador de Saúde;
Taissa Bencke - Chefe da Seção Socioambiental.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
1. OBJETIVO.....	6
2. NORMATIVO PERTINENTE.....	7
3. INDICADORES AMBIENTAIS E ECONÔMICOS.....	8
3.1 USO RACIONAL DOS INSUMOS E MATERIAIS	8
3.2 ÁGUA E ENERGIA.....	10
3.3 GESTÃO DE RESÍDUOS	11
3.4. QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO	12
3.5 SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTÍNUA.....	13
3.6 CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	14
3.6 DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS	15
3.7 REFORMAS	16
4. INICIATIVAS	17
5. IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS OU MODIFICADAS PARA O ANO 2018	31

APRESENTAÇÃO

O Plano de Logística Sustentável do TRT8 é um instrumento com indicadores, metas, ações e responsabilidades definidas, que permitem o acompanhamento e a análise crítica dos resultados, assim como a implementação de melhorias contínuas dos processos de trabalho com adoção de práticas sustentáveis, consumo consciente e qualidade de vida no ambiente laboral, sendo um dos mecanismos para a promoção da política de responsabilidade socioambiental a ser adotada em todas as áreas de atuação deste Regional.

A implantação do Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ) na Justiça do Trabalho atende a Resolução 201/2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina a criação de núcleos socioambientais e implantação do PLS no Poder Judiciário. O objetivo é sistematizar as práticas de sustentabilidade no âmbito de cada tribunal, aplicar de forma eficiente os recursos e promover o uso consciente de materiais, adotando como modelos de gestão, a promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social em suas unidades

1. OBJETIVO

O Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável da 8ª Região do ano de 2017 tem por objetivo apresentar a consolidação dos resultados alcançados e a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente, conforme definido na Resolução nº 201, de 03 de março de 2015, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a implantação do Plano de Logística Sustentável nos órgãos do Poder Judiciário – PLS-PJ.

O Relatório apresenta o desempenho dos **indicadores, metas e iniciativas** constantes do TRT8 Sustentável no de 2017, contemplando:

- I – a **consolidação dos resultados alcançados** no exercício de 2017;
- II – a **evolução do desempenho** dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário com foco socioambiental e econômico, de acordo com o previsto no Anexo I, da Resolução CNJ nº 201/2015
- III – a **identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas** para o ano de 2018.

2. NORMATIVO PERTINENTE

O presente relatório terá como referência os seguintes normativos:

- **Resolução CNJ 201/2015** - Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ)
- **Resolução TRT8 nº 54/2016** - Institui o Plano de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região para o período de 2016 a 2020.

3. INDICADORES AMBIENTAIS E ECONÔMICOS

Os indicadores para avaliação do desempenho econômico e ambiental do TRT8 são os definidos pelo CNJ, no Anexo I da Resolução nº 201/2015.

As iniciativas do PLS-TRT8 estão distribuídas em 08 eixos temáticos:

- I – Uso racional de insumos e materiais;
- II – Água e Energia;
- III – Gestão de Resíduos;
- IV – Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- V – Sensibilização e capacitação contínua;
- VI – Contratações sustentáveis;
- VII – deslocamento de pessoal, bens e materiais
- VIII – Reformas

Além de servirem de informação gerencial para tomada de decisão no âmbito institucional, os indicadores do TRT8 Sustentável também são remetidos ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ, para fins de acompanhamento dos objetivos nacionais de sustentabilidade delineados pela Resolução CNJ nº 201/2015.

As metas foram definidas até dezembro de 2020 e poderão ser reavaliadas a cada ano, a critério da Comissão Gestora. Para o alcance das metas, as iniciativas deverão ser implementadas no horizonte do Plano.

A seguir, são apresentados os resultados obtidos para cada eixo temático.

O quadro a seguir apresenta os temas e objetivos para os quais foram elaborados os planos de ação, relacionados aos grupos de indicadores de desempenho e respectivas unidades responsáveis.

TEMAS, OBJETIVOS, INDICADORES E RESPONSÁVEIS

TEMA	OBJETIVOS	GRUPO INDICADOR	RESPONSÁVEL
Insumos e materiais	Utilizar insumos e materiais de forma eficiente	Papel	COMAT
		Descartáveis	COMAT
		Impressões	SETIN
Água e Energia	Racionalizar o consumo de água e energia elétrica	Água	DIENG/DIMIP
		Energia	ASTEC.PRESI/DIMIP
Gestão de resíduos	Aprimorar a gestão de resíduos sólidos	Coleta seletiva	DIMIP/SeAMB
Qualidade de vida	Promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho	Qualidade de vida no ambiente de trabalho	CODSA/CODEP
Sensibilização e capacitação	Sensibilizar e capacitar magistrados, servidores, estagiários e terceirizados em sustentabilidade	Sensibilização	CODEP/ECAISS/ASCOM
Contratações Sustentáveis	Ampliar as contratações sustentáveis	Vigilância	COGIN/DIGEF
		Limpeza	
		Telefonia	
Deslocamento	Otimizar gastos com deslocamento de pessoal, bens e materiais	Combustível	DISEG
		Veículos	
Reformas	Racionalizar os gastos com reformas nas unidades	<i>Layouts</i>	DIENG
Sustentabilidade	Alcançar um índice de pelo menos 70% em sustentabilidade	Estratégico	COGES

Resultados alcançados no exercício de 2017 e evolução do desempenho

INDICADOR	REALIZADO 2015	REALIZADO 2016	REALIZADO 2017
Força de Trabalho Total de Magistrados, Servidores e Auxiliares	1908	1849	1782

3.1 USO RACIONAL DOS INSUMOS E MATERIAIS

Objetivo: Utilizar insumos e materiais de forma eficiente. Neste item estão contempladas as metas relacionadas aos materiais de consumo como papel, copo descartável e impressão de documentos.

PAPEL	REALIZADO 2015	REALIZADO 2016	REALIZADO 2017
Consumo de papel não-reciclado próprio - Resmas	20.167	8.958	8.013
Meta: Reduzir, em média 1% ao ano, o consumo de papéis em todas as unidades do Tribunal.			
Gasto com papel não-reciclado próprio - Reais	R\$ 209.263,00	R\$ 101.081,47	R\$ 101.942,30
Meta: Reduzir, em média 1% ao ano, o gasto de papéis em todas as unidades do Tribunal.			

COPOS DESCARTÁVEIS	REALIZADO 2015	REALIZADO 2016	REALIZADO 2017
Consumo de copos descartáveis para água – centos	3299	2123	2282
Consumo de copos descartáveis para café - centos	1171	927	1082
Consumo de copos descartáveis total - centos	4470	3050	3364
Meta: Manter o consumo per capita de copos descartáveis abaixo da linha de base (ano de 2015).			

Gasto com copos descartáveis para água - centos	R\$ 8.720,55	R\$ 6.029,00	R\$ 6.700,58
Gasto com copos descartáveis para café - reais	R\$ 1.750,06	R\$ 1.202,00	R\$ 1.406,85
Gasto com copos descartáveis total - reais	R\$ 10.470,61	R\$ 7.231,00	R\$ 8.107,43

Meta: Manter o gasto médio com aquisição de copos descartáveis abaixo da linha de base (ano de 2015).

IMPRESSÃO	REALIZADO 2015	REALIZADO 2016	REALIZADO 2017
Quantidade de impressões	Não há mensuração	Não há mensuração	Não há mensuração
Meta: Reduzir, em média, a quantidade de impressão em 1% ao ano			
Quantidade de equipamentos de impressão - unidades	336	336	330
Meta: Reduzir a quantidade de equipamentos de impressão, em média, em 1% ao ano			
Performance dos equipamentos instalados	Não há mensuração	Não há mensuração	Não há mensuração
Gasto com aquisições de suprimentos - reais	R\$ 458.603,98	R\$ 514.161,00	R\$ 451.311,05
Meta: Reduzir o gasto com aquisição de suprimentos de impressão em 1% ao ano			
Gasto com aquisição de impressoras - reais	R\$ 717.996,00	0	R\$ 68.209,62
Gasto com contratos de terceirização de impressão - reais	Não há contrato de outsourcing de impressão.	Não há contrato de outsourcing de impressão.	Não há contrato de outsourcing de impressão.

3.2 ÁGUA E ENERGIA

Objetivo: Racionalizar o consumo de água e energia elétrica.

ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA	REALIZADO 2015	REALIZADO 2016	REALIZADO 2017
Consumo de embalagens descartáveis para água mineral - unidades	0	0	0
Consumo de embalagens retornáveis para água mineral - unidades	10.204	10.639	11.640
Meta: Redução do consumo médio de garrações de água de 20 litros em 1% ao ano.			
Gasto com água mineral em embalagens descartáveis - reais	0	0	0
Gasto com água mineral em embalagens retornáveis - reais	R\$ 56.843,33	R\$ 67.674,17	R\$ 80.753,51
Meta: Redução, em 1% ao ano, do gasto médio com a aquisição de garrações de água de 20 litros.			

ENERGIA ELÉTRICA	REALIZADO 2015	REALIZADO 2016	REALIZADO 2017
Consumo de energia elétrica - kWh	4.606.552,50	4.178.136	4.572.559,48
Meta: Redução do consumo médio de energia elétrica em 1% ao ano			
Consumo relativo de energia elétrica – Kwh/m ²	107,2666288	97,29066655	106,4750788
Gasto com energia elétrica - reais	R\$ 3.234.306,00	R\$ 2.874.485,20	R\$ 3.218.302,11
Meta: Redução gasto médio com energia elétrica em 1% ao ano.			
Gasto relativo com energia elétrica – reais/ m ²	R\$ 48,65	R\$ 66,93	R\$ 74,94

ÁGUA E ESGOTO	REALIZADO 2015	REALIZADO 2016	REALIZADO 2017
Consumo de água – m ³	24.759	18.931	20.004
Meta: Redução do consumo de água, em média, em 1% ao ano.			
Consumo relativo de água - m ³ de água / m ² de área	0,3724334	0,251628253	0,465806401
Gasto com água - reais	R\$ 169.674,31	R\$ 196.360,09	R\$ 197.870,00
Meta: Redução do gasto médio com o consumo de água em 1% ao ano			
Gasto relativo com água – Reais / m ²	R\$ 2,55	R\$ 2,61	R\$ 4,61

3.3 GESTÃO DE RESÍDUOS

Objetivo: Aprimorar a gestão de resíduos sólidos.

GESTÃO DE RESÍDUOS	REALIZADO 2015	REALIZADO 2016	REALIZADO 2017
Destinação de papel - kg	4413	5.254	7.414
Destinação de plásticos - kg	Não há mensuração	Não há mensuração	Não há mensuração
Destinação de metais - kg	Não há mensuração	Não há mensuração	Não há mensuração
Destinação de vidros - kg	Não há mensuração	55	Não há mensuração
Total de materiais destinados à reciclagem - kg	4413	5.309	7.414
Destinação de resíduos de saúde - kg	157	181	132
Destinação de resíduos de informática - kg	Não há mensuração	Não há mensuração	Não há mensuração
Destinação de suprimentos de impressão - unidades	594	757	601
Destinação de pilhas e baterias - kg	0	314	840
Destinação de lâmpadas - unidades	1272	1234	1.339
Destinação de resíduos de obras e reformas - m ³	0	0	11.335,64

3.4. QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Objetivo: Promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

QUALIDADE DE VIDA	REALIZADO 2015	REALIZADO 2016	REALIZADO 2017
Participações da Força de Trabalho em Ações de Qualidade de Vida	1630	8154	6.455
Meta: Aumentar, em 5% ao ano, a participação de magistrados e servidores em ações de qualidade de vida.			
Quantidade de Ações de Qualidade de Vida	11	15	26
Participações em Ações Solidárias	47	0	124
Quantidade de Ações Solidárias	41	Não informado	12
Ações de inclusão	5	Não informado	1

3.5 SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTÍNUA

Objetivo: Sensibilizar e capacitar magistrados, servidores, estagiários e terceirizados em sustentabilidade.

CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	REALIZADO 2015	REALIZADO 2016	REALIZADO 2017
Ações de capacitação e sensibilização	5	NM	7
Meta: Realizar, no mínimo, 2 (duas) ações de sensibilização e capacitação em sustentabilidade, por ano			
Participação em Ações de sensibilização e capacitação	157	2	30

3.6 CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Objetivo: Ampliar as contratações sustentáveis.

VIGILÂNCIA	REALIZADO 2015	REALIZADO 2016	REALIZADO 2017
Gastos com Contratos de Vigilância Armada no Período-Base	R\$ 6.482.255,65	R\$ 7.083.836,31	R\$ 8.011.202,14
Quantidade de Postos de Vigilância Armada no Período-Base	67	63	68
Gasto relativo com Contratos de Vigilância armada	R\$ 96.750,08	R\$ 112.441,85	R\$ 117.811,80
Gastos com Contratos de Vigilância Desarmada no Período-Base	0	0	0
Quantidade de Postos de Vigilância Desarmada no Período-Base	0	0	0
Gasto relativo com vigilância desarmada	0	0	0
Gasto Total com Contratos de Vigilância no Período de Referência	R\$ 6.089.848,90	R\$ 654.907.392,00	R\$ 7.083.836,31
Meta: Reduzir, em média, em 2% ao ano, os gastos com a contratação de postos de vigilância.			

TELEFONIA	REALIZADO 2015	REALIZADO 2016	REALIZADO 2017
Gasto com telefonia fixa	R\$ 225.917,13	R\$ 319.057,59	R\$ 328.646,00
Total de linhas de telefonia fixa	62	62	56
Gasto relativo com telefonia fixa	R\$ 3.643,82	R\$ 5.146,09	R\$ 5.868,68
Gasto com telefonia móvel	R\$ 14.069,99	R\$ 34.574,25	R\$ 44.294,49
Total de linhas de telefonia móvel	12	19	21
Gasto relativo com telefonia móvel	R\$ 1.172,50	R\$ 1.819,70	R\$ 2.109,26

10. LIMPEZA	REALIZADO 2015	REALIZADO 2016	REALIZADO 2017
Gastos com Contratos de Limpeza no Período-Base	R\$ 3.157.251,07	R\$ 2.862.693,65	R\$ 3.256.944,83
Área Contratada	74.718,75	98.664,09	1.186.483,16
Gasto relativo com Contratos de limpeza	R\$ 42,26	R\$ 29,01	R\$ 2,75
Gastos com Contratos de Limpeza no Período de Referência	2.883.654,02	3.235.142,46	R\$ 2.862.693,65
Gasto com material de limpeza	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Meta: Manter em 100% o grau de adesão ao item 5.2.2 do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho			

3.6 DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS

Objetivo: Otimizar gastos com deslocamento de pessoal, bens e materiais.

COMBUSTÍVEL	REALIZADO 2015	REALIZADO 2016	REALIZADO 2017
Consumo de gasolina	16.910	14.953,84	14.599,30
Consumo de etanol	0	0	0
Consumo de diesel	40.692	20.415,16	35.910,80
Consumo de gás natural	0	0	0
Consumo relativo de álcool e gasolina	R\$ 768,64	R\$ 679,72	R\$ 663,60
Consumo relativo de diesel	R\$ 1.130,33	R\$ 583,29	R\$ 1.026,02
Consumo relativo de gás natural	0	0	0
Meta: Reduzir o consumo de combustíveis, em média, em 2% ao ano			

VEÍCULOS	REALIZADO 2015	REALIZADO 2016	REALIZADO 2017
Quilometragem	498.500	370.286	291.298
Quantidade de Veículos a Gasolina	0	0	1
Quantidade de Veículos a Etanol	0	0	0
Quantidade de Veículos Flex	22	22	25
Quantidade de Veículos a Diesel	36	36	54

Quantidade de Veículos a Gás Natural	0	0	0
Quantidade de Veículos Híbridos	0	0	0
Quantidade de Veículos Elétricos	0	0	0
Quantidade de Veículos	57	58	80
Quantidade de veículos de serviço	49	34	66
Quantidade de veículos para transporte de magistrados	19	12	14
Gastos com Manutenção de Veículos	R\$ 277.751,32	R\$ 292.625,04	R\$ 342.523,00
Gasto relativo com manutenção dos veículos	R\$ 4.872,83	R\$ 5.045,26	R\$ 4.281,54
Gastos com Contratos de Motoristas	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Gasto relativo com contrato de motoristas	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Meta: Manter em 100% o grau de adesão ao item 5.1.9 do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho			

3.7 REFORMAS

Objetivo: Racionalizar os gastos com reformas nas unidades.

9. REFORMAS	REALIZADO 2015	REALIZADO 2016	REALIZADO 2017
Gastos com Reforma no Período Base	R\$ 941.874,52	R\$ 1.165.759,94	R\$ 2.958.280,00
Gastos com Reforma no Período de Referência	R\$ 613.452,00	R\$ 908.624,45	R\$ 889.756,00
Variação dos gastos com reformas	54%	28%	232%
Meta: Efetuar a reforma geral e/ou modernização técnica de instalações específicas (refrigeração, iluminação, aproveitamento de águas etc.) em, no mínimo, 1 (uma) unidade por ano.			

4. INICIATIVAS

Para o alcance das metas, foram desenvolvidas várias iniciativas que deverão ser implementadas no horizonte do Plano. Nesse sentido, apresentamos o acompanhamento das iniciativas de cada área no ano de 2017.

ASCOM - ACOMPANHAMENTO DAS INICIATIVAS DO TRT8 SUSTENTÁVEL

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
Grupo de Esportes	Estimular a prática de atividades físicas por meio da criação de grupos de pedal, corrida, caminhada, canoagem e outros esportes.	4	A ASCOM realizou campanhas de qualidade de vida, estimulando o início de atividades físicas, porém, mesmo não havendo um incentivo direcionado à criação de grupos das atividade físicas listadas, foram implementadas ações para realização de atividades de yoga, meditação, arte-terapia, com suporte de comunicação da ASCOM, divulgando para todo o Regional. Além disso, foi realizada campanha de incentivo à participação nas Olimpíadas da Justiça do Trabalho, com divulgação dos atletas das modalidades, bem como sua rotina de treinos, disponibilizando os contatos.
Criar campanha de divulgação do TRT8 Sustentável	Elaborar plano de comunicação das ações e resultados do TRT8 Sustentável.	2	Realização de oficina de preenchimento do PLS com as áreas envolvidas. Reunião com os funcionários das terceirizadas de limpeza. TRT Sustentável na ambientação de novos servidores. Bolsa da Semana Institucional feita com lonas recicladas adquirida junto a organização não governamental de MS.
Divulgar o Manual de Coleta Seletiva no TRT8	Agregar interatividade ao manual, para facilitar seu manuseio no site; Divulgar o manual aos públicos – corpo funcional e parceiros.	5	Projeto não iniciado em razão de priorização de outros itens.
Carona amiga	Estimular a utilização de carona entre os magistrados e servidores do Tribunal	5	Projeto não iniciado pelas áreas. Não recebida a demanda.
Banco de Boas Práticas	Divulgar as iniciativas e ações que resultaram em impacto positivo quanto aos aspectos ambientais, econômicos e sociais na gestão do TRT 8ª Região.	1	Elaboração de matérias para divulgação junto aos públicos interno e externo de ações sustentáveis realizadas pelo Regional, com destaque para o uso da energia fotovoltaica.

CODSA - ACOMPANHAMENTO DAS INICIATIVAS DO TRT8 SUSTENTÁVEL

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
Programa TRT8 Saúde	Ampliar as ações do Programa TRT8 Saúde, com foco na qualidade de vida no ambiente de trabalho.	2	Ampliação do calendário de ações abrangendo as datas nacionais alusivas à prevenção de doenças com Campanhas informativas e preventivas de liberação de guias de exames específicos de rastreamento de patologias relativas à Campanha.

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
			Manutenção dos subprogramas de acompanhamento de doenças específicas: diabetes, hipertensão e dislipidemia e doenças da cavidade oral
Programa de Ginástica Laboral	Estudo de viabilidade para ampliação e implementação do projeto nas unidades de fora da sede.	2	Atualmente disponível para as localidades: Ananindeua, Marabá, Macapá e Belém. Previsão de ampliação do projeto visando implementar nos Fóruns de Abaetetuba, Santarém e Parauapebas no processo licitatório que será realizado em 2018. Demais localidades fora da sede com apenas uma Vara: contratação direta por dispensa de licitação (as localidades deverão apresentar coleta de preços para contratação direta).
Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO)	Ampliar a realização de ações de promoção da saúde ocupacional relacionadas ao trabalho, observadas as diretrizes da Resolução CSJT nº 141/2014.	2	Programa atualmente sendo desenvolvido de forma multidisciplinar, com avaliações por diversos profissionais da área da saúde: médica do trabalho, psicóloga, odontólogos e enfermeiro.
Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)	Aprimorar as ações de prevenção de riscos e doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho, observadas as diretrizes da Resolução CSJT nº 141/2014.	-	Programa sob a responsabilidade da Coordenadoria de Manutenção e Projetos - COMAP e/ou Setor de Engenharia e/ou Comissão de Segurança e Trabalho.

CODEP - ACOMPANHAMENTO DAS INICIATIVAS DO TRT8 SUSTENTÁVEL

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
Acessibilidade TRT8	Promover capacitação em LIBRAS.	2	Será realizado o curso em Libras, na modalidade em EAD no PAC de 2018. Este curso realiza-se de 2 em 2 anos.
Plano Anual de Capacitação	Incluir treinamentos voltados para a temática da sustentabilidade nos Planos Anuais de Capacitação.	2	A temática encontra-se presente nos Cursos Introdutórios – Ambientação Funcional para novos Servidores, bem como no Programa de Aprendiz. Encontra-se também previsto nas ações voltadas ao programa “Saúde em dia” e no curso a distância, Responsabilidade Socioambiental, pela UNIEDUCAR a ser desenvolvido sobre o tema previsto para o presente exercício
Ampliar a utilização do Google Hangouts	Capacitar e Estimular a utilização das ferramentas da suite google, como o hangout, para agilizar a comunicação interna e reduzir custos com telefonia.	1	Foi realizada a capacitação apresentando as ferramentas Google, nos dias 23 e 24 de janeiro de 2018, e com isso, o incentivo à utilização do Hangout tornou-se mais acessada. Novas iniciativas passarão a ser desenvolvidas.

CODSE - ACOMPANHAMENTO DAS INICIATIVAS DO TRT8 SUSTENTÁVEL

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
Programa Frota Sustentável	Elaborar estudo de viabilidade técnica com vistas à implantação de sistema informatizado de gestão de frotas, com utilização de telemetria, nos veículos de serviço	2	Estamos em processo de conclusão da aquisição dos novos veículos, quando será dado início a implantação, para então fazer a inclusão do sistema nos veículos usados.
Plano Anual de Aquisição de	Elaborar o PAAV com base na avaliação do estado da frota de veículos a partir dos mapas		

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
Veículos (PAAV)	de controle do desempenho e manutenção dos veículos, bem como de outras informações relativas aos veículos oficiais, de acordo com a Instrução Normativa SLTI nº 3/2008.	2	Estamos procedendo conforme.

COGIN - ACOMPANHAMENTO DAS INICIATIVAS DO TRT8 SUSTENTÁVEL

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
Redimensionar postos de vigilância	Realizar estudo técnico preliminar com vistas a redimensionar o quantitativo de postos de vigilância nas unidades do Tribunal.	3	<p>No 1º semestre de 2017 foi feito o Estudo Técnico Preliminar nº 003/2017, em consonância à IN nº 02/08 SLTI, critérios objetivos capazes de mensurar os resultados da prestação do serviço contratado. Foram criados indicadores de imperfeições e seus respectivos índices, que após análise e avaliação continuada da prestação do serviço pela contratada, possibilitam o Gestor do Contrato aferir o fator de aceitação do nível mínimo de serviço, o qual, a depender da faixa de aceitação, repercute, sobre o efeito remuneratório do Contrato.</p> <p>Cumprir destacar que este Tribunal ainda não possui ferramenta informatizada para o Controle.</p> <p>A licitação ocorreu em Setembro/2017 mas só foi concluída no início de dezembro e a contratação formalizada para o mês de janeiro de 2018.</p> <p>Em virtude de diversos fatos ocorridos no segundo semestre de 2017, nos municípios de Santa Izabel, Ananindeua-PA e Belém, o que indica o crescimento do índice de criminalidade no Estado do Pará, daremos continuidade a novos estudos visando redimensionar o quantitativo de Postos de vigilância nas unidades do TRT, assim como a possibilidade de implantação de sistema de Vigilância eletrônica (CFTV) e de outros meios de combate a criminalidade.</p>
Vigilância Eletrônica	Realizar estudo técnico preliminar com vistas a implantação de sistema de vigilância eletrônica (circuitos integrados de CFTV e alarmes contra invasão) nas unidades do Tribunal.	3	<p>Tramita nos autos do processo 640/2016, determinação para realização de Estudos Técnicos Preliminares. Mas considerando a redução no quadro de seguranças do TRT, com a necessidade de deslocamento de alguns seguranças para o Fórum de Ananindeua-PA, férias regulamentares e o Recesso Regimental 2017/2018 e o crescimento dos índices de criminalidade, os ETP ainda não foram concluídos.</p>
Acordo de Nível de Serviço	Estabelecer critérios objetivos de mensuração de resultados dos contratos de limpeza e conservação (Acordo de Nível de Serviço), preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite à Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos, nos termos da IN nº 02/08 SLTI.	1	<p>No Estudo técnico preliminar nº 01/2015 (Contratação de Serviços de Limpeza e Conservação) foram estabelecidos, em consonância à IN nº 02/08 SLTI, critérios objetivos capazes de mensurar os resultados da prestação do serviço contratado. Foram criados indicadores de imperfeições e seus respectivos índices, que após análise e avaliação continuada da prestação do serviço pela contratada, possibilitam o Gestor do Contrato aferir o fator de aceitação do nível mínimo de serviço, o qual, a depender da faixa de aceitação, repercute, sobre o efeito remuneratório do Contrato. Cumprir destacar que este Tribunal ainda não possui ferramenta informatizada para o Controle.</p> <p>Cumprir destacar também, que o atual Contrato do Fórum Trabalhista no Estado do Pará, foi prorrogado</p>

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
			até 01/02/2019, pelo que não houve alteração no ANS formalizado no exercício de 2015. Em relação ao Fórum Trabalhista de Macapá-AP, está sendo efetuado novos ETP para formalização de um novo Termo de Referência, levando em consideração a IN 05/2017 SEGES/MP, considerando a necessidade de uma nova contratação, visto que o atual Contrato deverá ser rescindido no atual exercício.
Terceirização da Frota	Elaborar estudo técnico preliminar acerca da viabilidade econômico-financeira de terceirizar a frota de veículos oficiais.	1	Estudo técnico preliminar já elaborado pela comissão designada pela Portaria PRESI nº 212, de 15/03/2016, concluiu pela não viabilidade da terceirização da frota de veículos oficiais e declarou a viabilidade de contratação do serviço de condução de veículos para transporte de pessoas e pequenas cargas na Região Metropolitana de Belém. O relatório com proposta de contratação de Motorista (terceirização) foi encaminhado para apreciação superior em janeiro de 2018.

COMAT - FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS INICIATIVAS DO TRT8 SUSTENTÁVEL

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
Implantar Sistema de Controle de Material e Patrimônio	Regulamentar e implantar novo sistema eletrônico para gerenciar os ativos patrimoniais e os materiais de consumo utilizados pelas unidades, a movimentação de materiais permanentes e as requisições de materiais em estoque no almoxarifado.	1	Sistema implantado em 09/01/2017.
Regulamentar procedimento de pedido dos copos plásticos	Orientar os gestores sobre as metas de redução de consumo de descartáveis; Deferir os pedidos de copos plásticos com base nos quantitativos estabelecidos em Portaria.	2	Conforme delimitado em planejamento inicial, a iniciativa deveria ter sido implementada em JUN/2017, superada, no caso, a fase de ambientação dos usuários do Sistema SCMP com as funcionalidades disponíveis no <i>software</i> gerenciamento de materiais. No entanto, ocorreram fatores supervenientes que indicaram o adiamento do prazo inicialmente delimitado, conforme a seguir: (i) A fase de ambientação dos servidores / usuários do Sistema SCMP não se consolidou integralmente, como planejado, em JUN/2017, sobretudo pela priorização do esclarecimentos de dúvidas de usuários relacionadas às ferramentas de controle e movimentação patrimonial. Desta forma, indicou-se como período mais indicado para nova avaliação sobre o nível de apreensão do sistema SCMP em FEV/2018, decorrido, no caso, período equivalente ao intervalo de um exercício / ano calendário; (ii) Delimitou-se como requisito prévio à adoção de campanhas de orientação para redução da utilização de copos descartáveis, bem como, da regulamentação dos pedidos de copos plástico com base em quantitativos estabelecidos em Portaria, a aquisição e distribuição de canecas para os magistrados e

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
			<p>servidores. O procedimento visando o registro de preços para posterior aquisição de canecas foi efetivado conforme Pregão Eletrônico 61/2017 (Processo nº 1668/2017). No entanto, a licitação foi fracassada para a aquisição do item. A nova licitação para aquisição das canecas tem previsão de conclusão em MAI/2018. Desta forma, a campanha de redução de copos plásticos, principalmente de copos de 200 ml (duzentos mililitros), para água, estará associada à utilização de canecas. Os quantitativos regulamentados em Portaria visarão, portanto, à definição de cotas destinadas ao atendimento de usuários externos, para os copos de 200 ml (duzentos mililitros) e, para magistrados e servidores, de copos de 50 ml (cinquenta mililitros), utilizados para o consumo de café. Visando a redução da utilização de copos de 50 ml (cinquenta mililitros) será submetido à Administração do Tribunal a aquisição de xícaras em porcelana.</p>
<p>Painel de Consumo</p>	<p>Implantar estatística de consumo e informar, periodicamente, ao gestor responsável pelo controle dos gastos da unidade. Criar painel para analisar visualmente todos os bens e materiais consumidos pela unidade.</p>	<p>2</p>	<p>Conforme mencionado no acompanhamento do exercício anterior Sistema SCMP possui funcionalidade para que o gestor da unidade solicitante consulte o consumo de materiais, em quantitativos e valores. Ocorreu, entretanto, como já mencionado, que fase de ambientação dos usuários / servidores do sistema SCMP não se consolidou integralmente, como planejado, em JUN/2017, sobretudo pela priorização do esclarecimentos de dúvidas de usuários relacionadas às ferramentas de controle e movimentação patrimonial. Desta forma, indicou-se como período mais indicado para nova avaliação sobre o nível de apreensão do sistema SCMP em FEV/2018, decorrido, no caso, período equivalente ao intervalo de um exercício / ano calendário. Deve ser objeto de avaliação, por parte da COMAT, em conjunto com Comissão de Gestão Ambiental e Seção Socioambiental, a forma de divulgação do painel de consumo, com a definição dos parâmetros comparativos entre unidades, extraídos do Relatório de Saídas Balancete Mensal -</p> <p>Consumo do Sistema SCMP. Previsão: JUN/2018.</p>
<p>Adote esta Caneca</p>	<p>Realizar aquisição e distribuição de canecas produzidas com material ambientalmente adequado aos magistrados, servidores, estagiários e funcionários terceirizados com o objetivo de substituir os descartáveis por canecas.</p>	<p>2</p>	<p>O procedimento visando o registro de preços para posterior aquisição de canecas foi efetivado conforme Pregão Eletrônico 61/2017 (Processo nº 1668/2017). No entanto, a licitação foi fracassada para a aquisição do item. A nova licitação para aquisição das canecas tem previsão de conclusão em MAI/2018. Por outro lado, visando a redução da utilização de copos de 50 ml (cinquenta mililitros) será submetido à Administração do Tribunal a aquisição de xícaras em porcelana.</p>

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
Reduzir a utilização de garrafões de água	Realizar estudo de viabilidade para instalação de bebedouros de pressão em áreas comuns, bem como para instalação de filtros/purificadores de água nas unidades. Incluir nos novos projetos de construção e de reformas, a previsão de pontos hidráulicos e de energia em locais estratégicos para instalação de filtros/purificadores de água.	4	Reavaliar iniciativa. Garrafões são retornáveis e recicláveis, não gerando resíduos. Alterar para diminuição de consumo de água em embalagens plásticas.
Logística Reversa	Ampliar a logística reversa, por meio da inclusão nos contratos de fornecimento de produtos e serviços ao TRT8, da exigência de recolhimento das embalagens, comprovando a destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010, e as respectivas sanções por possíveis descumprimentos; Orientar funcionários das empresas contratadas pelo TRT8, bem como dos concessionários, permissionários e órgãos parceiros que ocupam os prédios do TRT8 sobre a observância e fiscalização dos procedimentos de coleta seletiva.	3	(1) A Comissão de Gestão Ambiental, em conjunto com a Comissão Multidisciplinar de Licitações, recomenda que as unidades requisitantes de materiais (SETIN, COMAP, COMAT, CODSE) incluam nos PPLS (Planos de Projetos de Licitações Sustentáveis) a previsão de coleta seletiva e logística reversa para materiais e produtos definidos na Lei nº 12.305/2010 e conforme prescrições do Guia de Compras Públicas Sustentáveis da Justiça do Trabalho - Resolução CSJT nº 103/2012; (2) A Comissão de Gestão Ambiental fomentar a realização de eventos de treinamento para os colaboradores terceirizados, inclusive os gestores das empresas contratadas, para observarem os requisitos de coleta seletiva e destinação ambientalmente adequada de resíduos, quando possível.
Aperfeiçoar a gestão dos resíduos perigosos gerados no órgão	Realizar pesquisas e levantamentos de entidades coletoras da cadeia de logística reversa nacional e local. Incluir, nos contratos de aquisição de materiais potencialmente perigosos, a previsão de descartes em conformidade com a Lei 12305/2012 – Lei dos Resíduos Sólidos. Realizar parcerias para destinação de pilhas, baterias e outros resíduos. Buscar novas parcerias para o descarte correto dos resíduos perigosos, para os quais ainda não há acordos setoriais de logística reversa.	3	(1) Pendente a primeira parte da iniciativa. Previsão: JUN/2018. (2) A Comissão de Gestão Ambiental, em conjunto com a Comissão Multidisciplinar de Licitações, recomenda que as unidades requisitantes de materiais (SETIN, COMAP, COMAT, CODSE) incluam nos PPLS (Planos de Projetos de Licitações Sustentáveis) a previsão de coleta seletiva e logística reversa para materiais e produtos definidos na Lei nº 12.305/2010 e conforme prescrições do Guia de Compras Públicas Sustentáveis da Justiça do Trabalho - Resolução CSJT nº 103/2012;

DIGER - FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS INICIATIVAS DO TRT8 SUSTENTÁVEL

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
Implantar o Processo Administrativo Eletrônico	Regulamentar e implantar sistema de processo administrativo eletrônico	2	CRONOGRAMA EM ANDAMENTO DE IMPLANTAÇÃO PARA AS DEMAIS ÁREAS.
Regulamentar aquisição de papel isento de cloro	Revisar e adequar a Portaria GP nº 470/2007, de modo a contemplar a aquisição de papel isento de cloro elementar (ECF), produzido a partir de fontes renováveis.	2	Demanda da COMAT. Atendida, atualmente, pela observação do Guia de Compras Públicas Sustentáveis da Justiça do Trabalho, no que se refere à exigência de aquisição de papel produzido a partir de fontes renováveis, como também, pela delimitação, nos Termos de Referência de aquisição de Papel A4, no âmbito deste Regional, do requisito de aquisição de papel isento de cloro elementar (ECF). Mencione-se que o Pregão Eletrônico nº 2/2017, que fundamentou a formalização de Atas de Registro de Preços para a eventual aquisição de Papel A4 no Tribunal, congrega

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
			especificações em conformidade com os requisitos em questão. Neste sentido, deve ser ressaltado que os materiais com preços registrados nas Ata formalizadas a partir do Pregão mencionado, congregam marcas de produtos que atendem os requisitos. Observa-se, ainda, que o Guia de Compras Sustentáveis da Justiça do Trabalho será objeto de atualização, conforme Ato CSJT.GP.SG.CGEST nº 365, de 12 dezembro de 2017. Desta forma, a regulamentação no âmbito deste Regional deve ser efetivada em consonância com os requisitos a ser definidos na atualização do Guia, reguardando-se a correspondência e equivalência entre regulamentos.
Unidade de Gestão de Custos	Estruturar unidade vinculada à Secretaria Administrativa voltada para a análise e gerenciamento de custos.	5	Depende da criação de novos cargos.
Sistema Integrado de Gestão Orçamentária	Ampliar a utilização do SIGEO para o acompanhamento da gestão orçamentária e financeira.	1	Todas as unidades podem acompanhar a execução orçamentária, através do SIGEO
Plano de Contingência de Despesas	Assegurar a execução orçamentária em caso de despriorização de ações e/ou contingenciamento de recursos.	2	O Tribunal controlou o orçamento e projetou todas as despesas para a realização dentro do exercício. Com o acompanhamento dos gastos de forma ordenada, o Regional não necessitou executar o plano de contingências.

EJUD - FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS INICIATIVAS DO TRT8 SUSTENTÁVEL – (EJUD)

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
Plano Anual de Capacitação	Incluir treinamentos voltados para a temática da sustentabilidade nos Planos Anuais de Capacitação.		<p>A Escola Judicial do TRT da 8ª Região, ofertou, em 2017, as palestras abaixo relacionadas:</p> <p>Evento: “Abertura do Ano Judiciário e Letivo do TRT8”, realizado no dia 16 de janeiro de 2017, no Auditório Aloysio da Costa Chaves:</p> <p>Palestra: "Depressão e Assédio Organizacional no Trabalho" Data: 16/01/2017 Horário: 9h às 10h30</p> <p>Palestrante: Bruno Leal Farah – Psicanalista, Psicólogo do TRF2 desde 1998, Doutor em Teoria Psicanalítica pela UFRJ/Université Denis Diderot/Sorbone. Autor de vários artigos especializados. Autor do livro “A Depressão no Ambiente do Trabalho” (LTr Editora) e organizador do livro “Assédio Moral e Organizacional: novas modulações do sofrimento psíquico nas empresas contemporâneas” (Ltr Editora), ambos de 2016.</p> <p>Palestra: "Sofrimento Mental no Judiciário: mitos e verdades" Data: 16/01/2017 Horário: 10h30 às 12h</p> <p>Palestrante: Judith Euchares Ricardo de Albuquerque - Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de</p>

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
		1	<p>Minas Gerais. Psicóloga Judicial-Psicanalista do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais. Psicanalista praticante em consultório desde 1997. Preceptora da formação de Psiquiatras Forenses do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais - 2008 a 2010. Coordenadora da obra “Diálogos entre direito e psicanálise: uma abordagem contemporânea”, publicado pela Editora RTM.</p> <p>Evento: “Ciclo de Estudos EJUD8 - 1º semestre de 2017”, realizado no período de 28 a 31 de março de 2017, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, promoveu as seguintes palestras para os magistrados deste e. Tribunal, aberto a servidores:</p> <p>Palestra de Abertura: Saúde emocional e mindfulness Data: 28/03/2017 Horário: 9h às 10h30 Palestrante: Caroline de Oliveira Bertolino - Psicóloga e instrutora certificada pelo Santa Barbara <i>Institute for Consciousness Studies</i> no programa <i>Cultivating Emotional Balance Teacher Training</i>. Habilitada no programa <i>Mindful Self-Compassion Teacher Training</i> pela Universidade da Califórnia. Mestranda na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos e pós-graduada em Arteterapia pelo NAPE. Também é habilitada pelo Instituto Social <i>Pichon-Rivière</i> para desenvolvimento e coordenação de grupos. Atua nas esferas institucional e educacional para a promoção da saúde mental individual e coletiva. Servidora do TRT4;</p> <p>Palestra: O Trabalho como fonte de prazer ou sofrimento Data: 28/03/2017 Horário: 10h30 às 12h Palestrante: Bruno Leal Farah – Psicanalista, Psicólogo do TRF2 desde 1998, Doutor em Teoria Psicanalítica pela UFRJ/<i>Université Denis Diderot/Sorbone</i>. Autor de vários artigos especializados. Autor do livro “A Depressão no Ambiente do Trabalho” (LTr Editora) e organizador do livro “Assédio Moral e Organizacional: novas modulações do sofrimento psíquico nas empresas contemporâneas” (Ltr Editora), ambos de 2016;</p> <p>Palestra: Saúde mental do trabalhador no mundo moderno Data: 28/03/2017 Horário: 12h às 12h30 Palestrante: Guilherme Guimarães Feliciano - Juiz Titular de Vara do Trabalho de Taubaté (TRT2). Professor Associado do Departamento de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da USP. Livre-Docente em Direito do Trabalho e Doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Doutor em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (2014). Coordenador do Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho da</p>

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
			<p>UNITAU. Extensão Universitária em Economia Social e do Trabalho (UNICAMP). Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, gestão 2015-2107. Entre 2005 e 2010, professor Assistente Doutor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade de Taubaté;</p> <p><i>Workshop</i> Formação em Gestão das Emoções – Equilíbrio emocional / Comunicação assertiva Data: 28/03/2017 Horário: 14h às 17h Palestrante: Caroline de Oliveira Bertolino - Psicóloga e instrutora certificada pelo Santa Barbara <i>Institute for Consciousness Studies</i> no programa <i>Cultivating Emotional Balance Teacher Training</i>. Habilitada no programa <i>Mindful Self-Compassion Teacher Training</i> pela Universidade da Califórnia. Mestranda na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos e pós-graduada em Arteterapia pelo NAPE. Também é habilitada pelo Instituto Social <i>Pichon-Rivière</i> para desenvolvimento e coordenação de grupos. Atua nas esferas institucional e educacional para a promoção da saúde mental individual e coletiva. Servidora do TRT4.;</p> <p>Palestra: Danos psíquicos na relação laboral Data: 29/03/2017 Horário: 9h às 10h30 Palestrante: Pastora do Socorro Teixeira Leal – Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região(PA) - Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará (1985), mestrado em Direito pela Universidade Federal do Pará (1998) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Teoria do Direito, Direito Civil e Direito de Danos, atuando principalmente nos seguintes temas: responsabilidade civil, argumentação jurídica, súmula vinculante, direito civil-constitucional, limites constitucionais à autonomia privada coletiva. Professora de graduação (Direito Civil) e de pós-graduação (Teoria do Direito) da UFPA e UNAMA.</p> <p>Participação, com aproveitamento, do Excelentíssimo Senhor OTÁVIO BRUNO DA SILVA FERREIRA, Juiz do Trabalho Substituto deste Tribunal, no Curso “Gestão Socioambiental no TRT-PR”, na modalidade a distância, no período de 20 de março a 1º de maio de 2017, com carga horária de 30(trinta) horas/aula.</p> <p>O curso foi promovido e compartilhado pela Escola Judicial do TRT da 9ª Região (Paraná), ofertado a todos os magistrados do TRT8.</p> <p>Apoio da EJUD8:</p>

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
			<p>- Evento “Workshop - Um Debate sobre a Proteção Integral da Infância e da Juventude”, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, nos dias 19 e 20 de junho de 2017, no Auditório Aloysio da Costa Chaves.</p> <p>- Evento “Reforma Trabalhista, Precarização e Riscos de Trabalho”, promovido pelo Programa Trabalho Seguro do TRT8, no dia 25 de agosto de 2017, no Auditório Aloysio da Costa Chaves.</p>

SETIN - FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS INICIATIVAS DO TRT8 SUSTENTÁVEL

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
Expandir o PJe-JT	Garantir os meios tecnológicos necessários à expansão do PJe-JT para 100% das Varas do Trabalho.	Concluída	
Realizar controle de impressão	Realizar estudo técnico e/ou adquirir software de bilhetagem para implantar controle de impressão de documentos, de forma a viabilizar a apuração do indicador destinado a medir o total de documentos impressos por unidade.	Não implementada.	Após a realização de estudos técnicos preliminares, constatou-se a tendência de redução significativa do volume de impressões nos últimos 3 anos no TRT da 8ª Região, justificada, em especial, com a implantação do sistema PJe no 1º e 2º graus de jurisdição, e ainda, com a implantação do processo eletrônico na área administrativa (PROAD). Diante do acima exposto, a aquisição de um software de bilhetagem não se justifica, em especial pelo seu custo e para controlar um volume de impressão em franca redução.
Criar ilhas de impressão	Realizar estudo técnico preliminar acerca da viabilidade de implantação de ilhas de impressão, com vistas a otimizar gastos.	Não implementada.	A presidência do Tribunal baixou uma portaria padronização o número de impressoras em todos os ambiente de trabalho do TRT da 8ª Região (Portaria PRESI 220/2017), o que fez reduzir em muito o parque de impressoras do Tribunal, otimizando custo. Tal iniciativa vai de encontro a criação de ilhas de impressão. Essa iniciativa só será reconsiderada em 2019, quando restará 1 ano para o término da garantia dos equipamentos comprados no ano de 2016.
Realocar impressoras	Realizar estudo para realocação de impressoras instaladas, em função do seu nível de ociosidade, de modo a reduzir a necessidade de aquisição de novos equipamentos.	Concluída	A presidência do Tribunal baixou uma portaria padronização o número de impressoras em todos os ambiente de trabalho do TRT da 8ª Região (Portaria PRESI 220/2017).
Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos (e-DOC)	Revisar critérios de utilização do Sistema e-Doc, com vistas à economicidade e uso racional dos recursos.	Concluída	
Telefonia IP	Ampliar e estimular a utilização do Sistema de Telefonia IP (VOIP), distribuindo ramais telefônicos para as unidades de fora da Sede, provendo comunicação gratuita dessas unidades com o Regional.	Não implementada.	Optou-se por estimular o uso da ferramenta Hangout (instante messenger), haja vista a mesma já está disponível aos usuários do Tribunal por vir embarcada na ferramenta de colaboração do Google contratada pelo TRT da 8ª Região.

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
Realizar manutenção preventiva para redução de vazamentos	São realizadas vistorias por equipe especializada, mensalmente.	1	Com a iniciativa observou-se uma diminuição considerável no número de ocorrências.
Instalar hidrômetros digitais individuais	Todas as unidades judiciárias contam com hidrômetro individuais para aferição do consumo de água mensal	1	Iniciativa contemplada
Implantar Central de Água	O consumo de água de todas as unidades, cujo fornecimento é feito pela COSANPA são objeto de fatura consolidada, onde temos a visualização geral do gasto com água nas unidades judiciárias do Tribunal	1	Iniciativa contemplada
Implantar Central de Energia	O consumo de energia elétrica de todas as unidades, cujo fornecimento é feito pela CELPA são objeto de fatura consolidada, onde temos a visualização geral do gasto com energia elétrica nas unidades judiciárias do Tribunal	1	Iniciativa contemplada
Substituir lâmpadas fluorescente por LED	Elaborar estudo de viabilidade técnica e financeira com vistas à substituição gradativa das lâmpadas fluorescentes por LED, nas unidades do Tribunal.	2	Elaborado estudo de viabilidade técnica e orçamentárias, decidiu-se pela substituição paulatina de lâmpadas fluorescente por lâmpadas de led. Ressalte-se que nos projetos de reforma e novas construções já estão sendo utilizadas lâmpadas de led.
Adquirir equipamentos de ar condicionado com maior eficiência energética	Elaborar estudo de viabilidade técnica e financeira com vistas à substituição gradativa dos equipamentos de ar condicionado por equipamentos com o selo A do PROCEL e tecnologia Inverter.	2	Iniciativa contemplada com a contratação de empresas para fornecimento de aparelhos de ar condicionado com selo A do Procel e tecnologia inverter, como pode ser verificado nos autos do processo PROAD 1583/2017. Além da contratação citada está em andamento o processo para contratação de empresa para a implantação de sistema VRF aproveitando o sistema CHILLER já existente, de acordo com a disponibilidade orçamentária. Ressalte-se que nas novas construções o sistema de refrigeração a adotar é do tipo VRF.
Instalar medidores individuais de energia elétrica	Todas as unidades judiciárias contam com medidores de energia elétrica individuais para aferição e controle do consumo de mensal	2	Iniciativa contemplada. Ressaltando-se que iniciamos com implantação no Fórum Trabalhista de Macapá de sistema para produção de energia fotovoltaica instalado em sua cobertura e que neste ano de 2018 será ampliado com a construção de um estacionamento coberto, onde serão instalados mais placas fotovoltaicas, tudo no sentido de tornar o prédio o mais independente possível de fornecimento de energia da concessionária local e, conseqüentemente baixando os custos de manutenção da

			unidade judiciária.
Implantar Centrais de resíduos recicláveis	O Tribunal conta com área para armazenagem de material reciclável, que é satisfatória considerando o volume de material descartado.	2	A Central de armazenagem de material reciclável é suficiente para o volume produzido no Tribunal. Por outro lado, em razão da implantação do PJE e PROAD houve a significativa diminuição da quantidade de papel nas unidades deste Tribunal. Ressalte-se que todo o material é recolhido periodicamente por Cooperativa ficando a cargo da mesma a pesagem do material retirado, com a devida informação ao setor responsável pelo controle.
Estimular a coleta de papel reciclável	Aprimorar a logística de coleta de papel (coletores próprios para reuso e reciclagem de papel). Implantar sistemática de coleta separada dos papéis em parceria com a empresa de limpeza e conservação.	2	Prática já implantada.
Capacitar os colaboradores terceirizados da sede e dos fóruns sobre a logística da coleta seletiva.	Palestras e reuniões com os representantes e colaboradores das empresas terceirizadas que prestam serviço ao TRT8. Exigência de apresentação do Plano de Trabalho e de recibo contendo a quantidade e tipo de material coletado pelas cooperativas e/ou empresa.	2	Prática já implantada.
Gestão dos resíduos da construção civil	Incluir, nos contratos de obras e reformas, da exigência de apresentação do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, de acordo com a Resolução 307/2002 do CONAMA, e a apresentação de recibo contendo quantidade descartada. Para fins de fiscalização, a contratada deverá comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as Normas Técnicas – ABNT, NBR nos 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004. Incluir, ainda, a previsão de espaço físico e de coletores específicos para a coleta e armazenamento de materiais recicláveis da construção civil.	1	Iniciativa plenamente concluída, visto que em todos os contratos de obras deste regional, são exigidas conforme o disposto nas resoluções e normas técnicas pertinentes.
Bicicletário	Estudo de viabilidade com vistas ao reaproveitamento de espaços, na sede e demais fóruns, para construção de bicicletários com banheiro e vestiário.	2	Bicicletários já instalados em Belém, Macapá e Parauapebas. Nas demais localidades há recomendação para os Diretores de Secretaria e Chefes Administrativos de Fóruns para instalação de bicicletário onde houver espaço livre para tal iniciativa.
Espaço Integração	Estudo de viabilidade técnica com vistas ao reaproveitamento de espaços físicos para a criação de ambientes para práticas integradas em Saúde e Qualidade de Vida.	4	Dificuldade de adequação frente à carência de espaços disponíveis nas unidades jurisdicionais deste Regional.
Fórum Sustentável	Elaborar estudo técnico com vistas à implantação de sistema de reaproveitamento de água da chuva e dos equipamentos de refrigeração, energia solar e de renovação do ar nos Fóruns Trabalhistas da 8ª Região.	2	Todos os novos projetos esse conceito já foi implantado: Ananindeua, Belém, Parauapebas e Macapá. Nas demais localidades serão realizados na medida em que houver possibilidade técnica

			para sua implantação.
Plano de Obras	Elaborar instrumento de priorização e planejamento de investimentos na construção e reforma das unidades jurisdicionais.	1	Iniciativa contemplada, uma vez que todos os anos o Plano Plurianual de Obras é submetido ao Tribunal Pleno deste Regional, para aprovação o que se dá através de resolução.

Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - ACOMPANHAMENTO DAS INICIATIVAS DO TRT8 SUSTENTÁVEL

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
Acessibilidade TRT8	Desenvolver e implementar ações voltadas à inclusão social da pessoa com deficiência por meio do planejamento, elaboração e acompanhamento de projetos direcionados à promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência, com fixação de metas anuais, de acordo com a Recomendação nº 27, do Conselho Nacional de Justiça. Manter atualizadas as informações e recursos sobre Acessibilidade na intranet/internet.	2	Este controle compõe o Termo de Referência do PPRA que está sendo retificado pela Coordenadoria de Manutenção e Projetos (COMAP) em conjunto com a Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho e com a Coordenadoria de Governança Institucional (COGIN).
Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)	Aprimorar as ações de prevenção de riscos e doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho, observadas as diretrizes da Resolução CSJT nº 141/2014.	2	Este controle compõe o Termo de Referência do PPRA que está sendo retificado pela Coordenadoria de

INICIATIVA	EMENTA	STATUS*	JUSTIFICATIVA**
			Manutenção e Projetos (COMAP) em conjunto com a Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho e com a Coordenadoria de Governança Institucional (COGIN).

**Status*:

- 1) Iniciativa concluída;
- 2) Andamento normal;
- 3) Com atrasos não considerados críticos;
- 4) Com problemas.
Necessidade de ajustes imediatos
- 5) Não iniciada.

Para 2018, serão priorizadas, a princípio, as iniciativas registradas com “andamento normal” no exercício de 2017.

Contudo, a efetiva implementação dessas ações dependerá da disponibilidade orçamentária do Tribunal.

5. IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS OU MODIFICADAS PARA O ANO 2018

As metas foram definidas até dezembro de 2020. Percebe-se a necessidade de acompanhamento e reavaliação constante do PLS, para o alcance das metas.

Em cumprimento à Resolução CNJ nº 201/2015 e consoante os normativos supracitados, bem como o referencial estratégico definido pela Resolução TRT8 nº 11, de 8 de maio de 2014, que aprovou o Planejamento Estratégico Institucional, foi elaborado o Plano de Logística Sustentável 2016-2020 (TRT8 Sustentável), com objetivo de promover a economia de recursos naturais, reduzir gastos institucionais, bem como de revisar padrões de produção e consumo com adoção de novos referenciais no âmbito do TRT da 8ª Região.

Por meio das ações previstas e do sistema de indicadores e metas, o PLS do TRT da 8ª Região tem a finalidade de fortalecer a cultura da responsabilidade socioambiental e da sustentabilidade no âmbito institucional, materializada por uma rede interna de governança e gestão de boas práticas. Essa rede é delimitada pela Presidência do Tribunal, que define os responsáveis, a periodicidade de apuração e os prazos para envio dos dados relativos aos indicadores para avaliação do desempenho ambiental e econômico do Plano de Logística Sustentável.

Em razão da Resolução nº 54/2016, que instituiu o PLS, estabelecer que a Seção Socioambiental (SeAMB) seja a unidade responsável pela consolidação dos dados enviados pelas unidades que possuem o domínio sobre o seu levantamento, a absorção do conceito de sustentabilidade e dos princípios contidos tanto na Resolução n.º 201, do CNJ, como no Ato Conjunto CSJT/TST GP n.º 24/2014 ficaram comprometidos, dada a atuação da SeAMB mais voltada para a atividade operacional de compilação e preenchimento de dados.

Dessa forma, e também como reflexo da escassez de servidores voltados para a condução do tema dentro do Regional (mesmo estando dentro das atribuições da Coordenadoria de Gestão Estratégica do TRT8 as atividades da SeAMB ficavam sob a responsabilidade de um único servidor diretamente) não foi intentado pela SeAMB atividades que buscavam absorção dos princípios de sustentabilidade de forma transversal pelas áreas, lhe permitindo, dessa forma, uma atuação de cunho mais estratégico na construção de rede de atuação conjunta com as demais áreas.

A importância do levantamento dos dados e do seu correto tratamento se dá no fato de que tais informações, além de serem revestidas de elementos gerenciais para tomada de decisão no âmbito institucional, também são remetidos ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ, para fins de acompanhamento dos objetivos nacionais de sustentabilidade delineados pela Resolução CNJ nº 201/2015, bem como integrar os dados relativos ao relatório Justiça em Números.

Por essa razão, e com o intuito de utilização mais estratégica dos dados e da atuação da SeAMB, como desafios para o exercício de 2018 e cumprimento das metas previstas até 2020, a nova gestão da Seção já registra a necessidade de:

- implementar conjuntamente com as áreas, as ações previstas no plano;
- ampliar a visibilidade do tema Sustentabilidade, tanto com o público interno quanto externo;
- aperfeiçoar o processo de apuração de dados e levantamentos de indicadores e metas; e
- promover os princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes do ATO CONJUNTO CSJT.TST.GP Nº 24/2014 que instituiu a Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho – PNRSJT.

Nesse sentido, algumas providências já estão sendo desenvolvidas:

- 1) Transferência do setor para a área de Comunicação;
- 2) Criação de e-mail institucional para a área;
- 3) Solicitação de estagiários e servidores para compor a força de trabalho;
- 4) Demanda para a SETIN elaborar sistema de business intelligence para apuração de dados de indicadores e metas;
- 5) Elaboração de página no Portal direcionada para assuntos de Sustentabilidade
- 6) 1º Relatório de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho da 8ª Região elaborado e com previsão de publicação em nosso Portal na página de Sustentabilidade.
- 7) Levantamento de curso em EAD a ser disponibilizado para nosso público

interno;

- 8) Realização de curso presencial para os integrantes da Comissão de Gestão Permanente do PLS, com foco na temática dos princípios contidos na Resolução 201/2015 e no Ato Conjunto 24/2014;
- 9) Inserção de itens sobre contratações sustentáveis no curso sobre licitações, termos de referência e estudos técnicos preliminares